



Perspectivas das histórias indígenas e africanas no ensino

Bruna Raquel Nunes de Moraes¹

Larissa Ezidio da Silva²

Resumo: A lei 11.645 de 10 de março de 2008 torna o ensino da história indígena e afro-brasileira obrigatório, para tanto essas histórias devem ser contadas a partir desses povos, que são os donos de sua história e parte da nação brasileira. A lei é importante, uma vez que, a disciplina de história sempre privilegiou leituras hegemônicas, então é imprescindível que dentro do espaço educacional a temática esteja inserida. Ao pensar em uma educação africana/afro-diaspórica, é importante levar em consideração todo o material produzido por pesquisadores negros. Chimamanda Ngozi Adichie, mulher negra e nigeriana teoriza o conceito do “perigo de uma história única”, ou seja, histórias que são apresentadas a sociedade como histórias com verdades absolutas e inquestionáveis. Por isso a autora mostra a importância de desconstruir essas verdades criadas por uma história majoritariamente branca, classista e mesmo racista, uma vez que invisibiliza narrativas importantes dos povos negros. Pensando no ensino de história de uma forma que valorize histórias indígenas e africanas/afrodiaspóricas é necessário abordar o tema para gerar cidadania e cidadãos que respeitem a diversidade, é importante desconstruir estereótipos e construir uma identidade social positiva e novas narrativas históricas sobre eles, partidas deles mesmos, para saírem da invisibilidade, conquistar voz e empoderamento.

Palavras-chave: História; Indígenas; Africanas.

Introdução

A lei 11.645 de 10 de março de 2008 torna o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira obrigatório nas escolas, prevendo que essas histórias sejam contadas e valorizadas. Para tanto essas histórias indígenas, africanas e afro-diaspóricas devem ser contadas a partir das perspectivas desses povos, que são os donos de suas histórias e parte da nação brasileira. A lei traz a possibilidade de realizar novos diálogos, que antes, nunca foram abordados e o seu sancionamento foi extremamente importante, uma vez que a disciplina de história, em todo o seu processo de construção de conhecimento sempre privilegiou leituras hegemônicas em detrimento de saberes outros, considerados inferiores partindo de uma perspectiva colonial. Toda a trajetória da população indígena e da população negra, necessita ser abordada de forma ampla e aprofundada, valorizando todos os seus aspectos culturais como a dança, a religião, os costumes, a comida, a literatura entre outros. Portanto, é

¹Mestranda em Estudos Culturais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da UFMS. Bolsista CAPES. Endereço de correspondência: raquel.n.morais@gmail.com.

²Mestranda em Estudos Culturais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da UFMS. Endereço de correspondência: larissaezidio96@hotmail.com.

imprescindível que dentro do espaço educacional ela esteja inserida em todos os seus aspectos e particularidades.

As histórias indígenas e afro-diaspóricas fazem parte da cultura desses povos que preservam memorizando e zelando pelas suas histórias e vivências. Esses povos fazem parte da nação brasileira, contribuíram desde a colonização para a formação do Brasil, tanto economicamente, quanto culturalmente e por isso suas vivências, experiências, perspectivas e visão de mundo devem ser ouvidas e merecem um espaço para ser ensinadas nas escolas, pois, devido a colonialidade dos currículos escolares, a história que se conta sobre a história do Brasil sempre parte somente da colonização e dos feitos do colonizador, excluindo a visão da colonização que parte dos indígenas e dos africanos que sofreram um processo de silenciamento na colonização que ainda acontece, visto que suas histórias, memórias e perspectivas não são valorizadas, já que se precisou de uma lei para garantir que suas histórias pudessem ser ensinadas e contadas na escolas e que essa lei foi sancionada apenas em 2008, quinhentos anos depois desse processo de silenciamento de suas experiências.

Ao ensinar a história desses povos e suas perspectivas devemos trabalhar o conteúdo de uma forma digna e respeitosa, valorizando a mesma e prestando atenção se há alunos pertencente a esses povos e grupo étnicos em questão, e também enxergar os estudantes como seres que têm pertencimento étnico-racial, seres que pensam, produzem, amam, odeiam, sonham, sorriem, sofrem, têm aparência, posturas, história, memória, conflitos, afetos e saberes (BRASIL, 2006).

A decolonialidade contribui para essa valorização, porque, dá voz ao que foi silenciado e é contra qualquer opressão, não se comprometendo somente em extinguir o processo colonial de nossa história, mas em lutar para (re)escrever uma nova história dos colonizados como atores sociais partícipes do processo. É necessário decolonizar-se e descolonizar os lugares outrora colonizados, estudar os processos da colonialidade, desconstruir ideias hegemônicas e oferecer alternativas para superá-la. A decolonialidade não se fundamenta apenas em superar o processo colonial, mas em exercer ações para inserir narrativas locais, inserir os vários sujeitos (para saírem da subalternidade) e para ter a possibilidade de um futuro mais equilibrado e justo, que valorize a multiplicidade cultural desses sujeitos. A decolonialidade perpassa a descolonização, vai além disso e busca soluções reais de mudanças para as populações que foram colonizadas.



A colonialidade é um padrão de poder advindo da colonização e do colonialismo no continente americano, ela gera violências que ainda agem no continente, com imposição de normas eurocêntricas e universais, onde o universal é a representação do homem/hétero/branco-europeu e por conta dessa norma universal repudia a alteridade e a diferença, o outro, repudia as diferenças raciais, culturais, de gênero e sexualidade, de conhecimento e subjetividade, excluindo os indígenas e a população negra e afro-diaspórica no Brasil.

Quijano (2005) teoriza que, a colonização já passou, mas a colonialidade ainda age por vários meios. Ainda se imperam a colonialidade do poder, do saber e do ser. O autor foca na colonialidade do poder, dizendo que, os povos dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, onde todas as experiências históricas e produtos culturais foram articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia. Ele teoriza que, a Europa concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle, da subjetividade, da cultura, e principalmente do conhecimento, excluindo a cultura e a experiência cultural dos povos dominados e, ainda os forçou a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação.

Algumas das consequências e continuidades do processo de colonização no Brasil, são as repetições de ideias e estereótipos sobre os indígenas. Geralmente os indígenas são colocados como índios, numa forma genérica, como se todos os povos indígenas do Brasil (que são vários e diferentes entre si, com línguas e modos diferentes), fossem todos iguais. Além dessa generalização, a narrativa colonial sobre os indígenas coloca os mesmos como o povo da falta: falta cultura, falta religião, falta civilidade, falta etnia, falta língua, o que também era estratégico, pois, servia de justificativa para a colonização/civilização. Os indígenas são estereotipados e tem sua imagem reduzida, essas ideias que vem desde os tempos da colonização, dão uma ideia de passado, como se eles estivessem apenas naquele tempo, onde os colonizadores os caracterizavam como selvagens, cruéis ou bondosos, sempre numa perspectiva dominadora, pois, eram os colonizadores quem denominavam suas características, não se valendo de como eles mesmos (indígenas) se enxergavam, não permitindo um diálogo de colocações e nem mesmo uma escuta solidária.

A história dos indígenas e afro-brasileiros não é valorizada devido ao racismo e a colonialidade do saber enraizada na nossa sociedade, que só valoriza a história do homem branco civilizado e conquistador. A história contada sobre o Brasil e seus povos é sempre a



mesma: começa com a chegada dos portugueses que colonizaram e trouxeram a civilização para cá, essa história eurocêntrica exclui os povos indígenas que já existiam aqui e os povos africanos e afro-diaspóricos que vieram forçados para o Brasil, colocam eles apenas como uma pequena parte de uma história que é tida como universal e única, sendo que, nem todas as histórias têm as mesmas temporalidades e características. Essa foi a maneira colonial/eurocêntrica de contar a história, e, nessa perspectiva os europeus saem como vitoriosos, desbravadores.

Os indígenas sempre tiveram participação e protagonismo na história do Brasil, antes do processo de colonização e mesmo depois dele, eles existiram, existem e resistem, sempre lutando pela sua continuidade. Da mesma forma a população afro-brasileira sempre teve seu protagonismo na história e na construção do Brasil, sendo a população negra que, devido a escravidão sustentou por muito tempo as bases econômicas do Brasil e que amamentou e criou muitas pessoas brancas do país.

Uma concepção geral, muito presente no imaginário do senso comum, é a de que somente os europeus foram aqueles os que contribuíram para a construção de nossa identidade cultural. Todavia, ao acreditar em tal afirmação nos negamos a reconhecer que os povos originários (étnicos e/ou indígenas) tiveram e ainda têm até a contemporaneidade, um papel fundamental nessa construção. Não reconhecer que as culturas indígenas também ocupam um papel central na constituição da história de um povo, é novamente silenciá-las e inferiorizá-las, como os colonizadores o fizeram desde o final do século XV, assim como mostra Bicalho:

Assim como alguns estereótipos que foram utilizados para definir os indígenas encontrados no Brasil recém colonizado, que se perpetuam até os dias atuais, pois a maioria da população brasileira ainda pensa que as 255 etnias indígenas sobreviventes no território nacional, segundo dados do Instituto Socioambiental, possuem as mesmas características e são apenas ‘índios’, termo apreendido de forma genérica (BICALHO, 2010, p. 246).

Para Poliene Bicalho (2010), a partir das reflexões apresentadas acima, os europeus estigmatizaram os indígenas como povos bárbaros e cruéis, selvagens e desprovidos de humanidade. Outra visão, partindo da perspectiva romântica, é aquela na qual ao indígena é atribuída a imagem do “bom selvagem”, de um herói nacional. A autora ressalta que em ambas as interpretações, essas populações sofreram e sofrem com a inferiorização e a



subordinação, uma vez que de um lado está o colonizador, considerado superior e vencedor, e do outro lado os indígenas, inferiores e vencidos. Essa é justamente uma grande crítica do filósofo Walter Benjamin, que em seu vasto trabalho problematizou a história, sendo contrário a ideia de progresso contínuo da humanidade, além de propor a escrita da história a partir da visão dos ditos “vencidos”. Dessa forma, novas leituras realizadas por estudiosos/as do assunto têm se debruçado em analisar os processos de resistência por parte dos indígenas ao projeto colonizador. Essa visão dos indígenas enquanto vencidos pode nos passar uma interpretação um tanto quanto deturpada da realidade, propondo que a pluralidade de etnias indígenas foram completamente passivas ao processo de colonização e de evangelização, por exemplo.

Conforme pontuou Stuart Hall (2006), a identidade une o sujeito à estrutura de mundo na qual ele está inserido. Esse sujeito não mais possui uma única identidade, mas constitui-se de elementos de várias outras identidades que podem ser contraditórias ou ainda não estabelecidas. (HALL, 2006, p. 38). Seguindo o pensamento do próprio Stuart Hall, Nestor Canclini (1998, p. 23) ressalta que a partir do momento em que delinea “uma identidade mediante um processo de abstração de traços (língua, tradições, condutas estereotipadas), frequentemente se tende a desvincular essas práticas da história de misturas em que se formaram”.

É recente o processo de resgate das identidades culturais. Houve, de certo modo, o apagamento da identidade dos indígenas em suas diferentes etnias. Bicalho (2010) mostra que nos próprios livros de história escolares, aos indígenas destinam-se papéis de vítimas passivas, tal apresentação imagética faz parte do que se chama de “historicídio”, ou seja, uma prática que reforça estereótipos étnicos a nível global. Com a necessidade de uma reescrita e ressignificação da história, o intuito é tornar o agenciamento indígena evidente, considerando as lutas e resistências. Para John Monteiro (1994) apud Almeida (2013), a historiografia indígena, analisa os índios como:

Agentes históricos que atuavam movidos por seus próprios interesses relacionados à dinâmica de suas sociedades, mas continuamente modificados pela experiência do contato. Com isso, evidenciou como a conquista e a colonização do território português na América dependiam do protagonismo indígena (ALMEIDA, 2013, p. 20-21).



A etnia indígena Krenak mantém suas histórias e memórias vivas, sempre contam histórias e cantam sobre a existência e a humanidade. Essa prática de sempre contar mais uma história é uma forma de atuação e resistência desse povo. Atualmente, podemos perceber que novas vozes surgem a cada dia, defendendo o lugar de pertencimento, a cultura e modo de vida. Indígenas das mais diversas etnias ocupam espaços que outrora eram restritos a outros sujeitos, como a Universidade, Convenções Internacionais. Dentre os indígenas que se ocupam desse protagonismo pode-se citar Luiz Henrique Eloy Amado, que tornou-se doutor em Antropologia Social, atuando fortemente no meio jurídico com ênfase na defesa dos povos indígenas e Davi Kopenawa que é líder dos Yanomami e tem um forte protagonismo tanto dentro da aldeia para com seu povo quanto fora dela, no “mundo dos brancos”, os yanomami praticam a articulação interétnica de conhecimentos/saberes, articulação dos seus saberes com os do homem branco, divulgando seus conhecimentos e contrariando ideias clássicas.

Um modo de atuação dos indígenas é o uso da palavra em qualquer instância, como porta-vozes de suas causas. Atualmente eles agem por meio da fala em vários lugares: palestras, livros, blogs, intervenções em shows e interpelações judiciais. Eles têm um modo de fazer política no qual a palavra emitida, assim como a ouvida é essencial. Para eles “o lugar da fala” é muito significativo e poderoso e deve ser aberto para que cada voz possa ser ouvida. Outro modo de atuação é o que se dá pelo corpo, pela exposição de seus corpos na esfera pública, como os movimentos de rua, as ocupações de espaços públicos, as retomadas de terras etc. Ao impor seus corpos na cena pública, os indígenas quebram o silenciamento e a invisibilidade sobre eles. Esta é uma forma de forçar o Estado a se movimentar e fornecer respostas para suas demandas, é um modo de se mover politicamente pela palavra e pelo corpo. Essas duas ações juntas: palavras/corpo são potentes, pois, o efeito das palavras é potencializado pela intervenção do corpo. Um terceiro modo de atuação é o da participação política indígena de forma institucionalizada, por meio de suas associações, pela ocupação de cargos e por candidaturas a postos político-partidários. Uma representação no Congresso Nacional contribuiria para as resoluções de suas demandas, para ampliação de sua ação política e para os mesmos saírem da invisibilidade e entrarem na cena política (CAPIBERIBE, 2018).

Os povos indígenas buscam ter controle sobre suas imagens e ações, afirmando-se como os únicos detentores legítimos da emissão de ideias, imagens e necessidades que lhes dizem respeito. Eles incorporam a fala ao corpo e, ao expor seus corpos e epistemologias, as



tornam compreensíveis pelo discurso e assim saem da invisibilidade e imprimem sua alteridade, ampliando também o conhecimento sobre outros modos e possibilidades de ser no mundo.

Ao pensar em uma educação africana/afrodiaspórica, é importante levar em consideração todo o material produzido por pesquisadores/as negros/as. Nos últimos anos, essa nova construção de histórias representativas de um povo, tribo ou mesmo personagens literários fictícios tem adquirido força. Chimamanda Ngozi Adichie, mulher negra e nigeriana, é um grande exemplo que traz à tona o conceito do “perigo de uma história única”, ou seja, histórias que são escritas e apresentadas à sociedade de modo geral como histórias com verdades absolutas e inquestionáveis. A autora só muda de visão sobre a África e seus povos quando tem contato com a literatura africana, quando ela rompe com a ideia de uma “única história” que é aquela construída pela Europa. Antes desse rompimento ela se olhava no espelho e não se encontrava, porque estava inserida em uma história europeia, onde nunca fora protagonista. Essas histórias únicas/europeias são as mais conhecidas e veiculadas no mundo, criando uma certa identidade que não é do africano/afro-diaspórico, O que ocorre é que o reforço de estereótipos acaba por moldar a identidade ou mesmo culminar em uma crise de identidade. Por isso a autora mostra a importância de desconstruir essas verdades criadas por uma história majoritariamente branca, classista e mesmo racista, uma vez que invisibiliza narrativas importantes dos povos negros. Em seus livros, Chimamanda (2019) permite o acesso a histórias outras, escritas de modo, que desconstruam preconceitos e estigmas historicamente criados para subalternizar nações com importantes construções culturais. Ela ainda fala da visão negativa que temos sobre a África e os africanos, sempre olhamos para eles com um olhar de pena e compaixão, como símbolo de pobreza, o que os invisibiliza e não empodera, podendo gerar crise de identidade.

Grada Kilomba (2019) em sua obra Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano, apresenta-nos um poema que faz alusão, de certo modo, a vida da própria autora. Os versos trazem à tona uma história de silêncio, de vozes torturadas, línguas interrompidas por idiomas desconhecidos. Um poema, sobretudo, de resistência, carregado de uma maneira de recuperar e contar uma história que foi escondida. O que se observa através desse livro é o como a escrita pode se configurar como um ato político, na qual quem escreve assume o papel de sujeito e não mais de objeto. Além disso, é um ato de descolonização, no qual há oposição e reinvenção frente a posições coloniais que visam o combate ao racismo cotidiano. A autora



Djamila Ribeiro (2019), em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, propõe mecanismos necessários para o combate ao preconceito, racismo e a discriminação a partir de uma perspectiva de valorização da cultura afrobrasileira em seus mais diversos aspectos. As obras citadas são importantes ferramentas ou mesmo fontes de grande embasamento teórico escritas por mulheres negras que devem tornar-se leituras obrigatórias tanto de forma acadêmica quanto em forma de suporte teórico metodológico com relação aos estudos sobre cultura afro brasileira, e portanto, fazem de suma importância serem trabalhadas em sala de aula, não somente nas aulas de história como também de maneira interdisciplinar, mobilizando o corpo docente a organizar o currículo valorizando os saberes outros. O autor Guerreiro Ramos (1937), escreve um livro de poemas intitulado o *Drama de ser Dois*, que aborda a solidão do negro presente no mundo acadêmico dos brancos. Ele também critica o papel das ciências sociais no país. Seu objetivo como sociólogo é ler a realidade do negro brasileiro numa perspectiva sociológica, além de desconstruir visões negativas sobre este. Ele também rejeita as categorias científicas que os sociólogos brancos usam para excluir negros enquanto seres autônomos. A famosa expressão que este utiliza é *niger sum*, a qual significa “Eu sou negro, logo eu posso falar dos negros melhor que os sociólogos brancos”. Ele usa o termo *negritude* como um elemento de transformação e ação política.

Considerações finais

Pensando no ensino de história de uma forma que valorize essas histórias indígenas e africanas/afro-diaspóricas é preciso mudanças, do currículo até a atuação de toda escola e comunidade escolar. É necessário inserir a temática indígena e africana nas aulas, com dignidade e respeito para assim gerar cidadania e cidadãos que respeitem as diversidades e peculiaridades da população brasileira e que entendam que não há somente uma forma de ser e estar no mundo e que também não existe somente a história do Ocidente, promovendo o reconhecimento da igualdade sem hierarquias entre as culturas indígenas e afro-diaspóricas e a cultura eurocêntrica. É necessário que as crianças negras e indígenas consigam construir uma identidade positiva em relação à sua pertença a um grupo étnico, contemplando esses povos e seus feitos e oferecendo a elas referenciais positivos ao seu respeito para empoderá-las. É preciso desconstruir estereótipos e preconceitos, para desfazer equívocos históricos e culturais sobre negros e indígenas e para valorizar a presença destes em diferentes cenários da vida brasileira, afirmando o caráter multirracial e pluriétnico da sociedade brasileira. E é

preciso que os profissionais da educação compreendam o prejuízo das discriminações étnico-raciais existentes no sistema educacional e os danos que causam no desempenho e desenvolvimento de alunos afro-brasileiros e indígenas, ainda mais com uma história única contada pelos livros didáticos ou historiadores.

Outras alternativas para se trabalhar com essas perspectivas no ensino é a realização de atividades na escola, como oficinas e saraus em que haja a representatividade indígena e negra, convidando pessoas desses grupos étnicos para palestrar sobre suas vivências. Ou também uma visita a uma comunidade remanescente de quilombo, para gerar conhecimento sobre suas resistências, cultura, jeito de viver e história, dando voz a esses grupos, para que eles mesmos contem suas histórias.

Uma poderosa forma de atuação dos indígenas e afro-brasileiros para reconstruir uma história sobre eles que não é contada a partir deles foi a conquista de seu lugar de fala, ou seja, eles mesmos são os porta-vozes de suas histórias e causas. Assim eles conseguem manter suas histórias e memórias vivas.

Por isso é importante parar de falar desses grupos como outros ou subalternos. É preciso usar e falar das histórias e culturas indígenas, africanas ou afro-brasileiras a partir de seus protagonistas, numa perspectiva de diálogo intercultural, colocando eles no centro e não mostrando apenas coisas negativas ao seu respeito. Desse modo, é necessária que haja a desconstrução das hierarquias entre as culturas, a afirmação do caráter multirracial, pluriétnico da sociedade brasileira; o reconhecimento e resgate da história e cultura afro-brasileira e africana como condição para a construção da identidade étnico-racial brasileira. O repertório educacional necessita caminhar em direção a um conceito de ser humano que produz história não a partir de grandes sagas e heróis, mas a partir de relações comunitárias vividas e vivenciadas pelos grupamentos humanos.

É fundamental também que se tenham novas narrativas históricas sobre as histórias indígenas e afro-brasileiras partidas desses povos, porque assim eles saem da invisibilidade, conquistam voz e empoderamento a partir do momento que se veem representados como agentes e autores de suas próprias histórias. É preciso que haja uma reescrita da história do Brasil, para que os papéis secundários atribuídos aos indígenas e afro-brasileiros sejam revistos e ressignificados.

Referências



ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História**: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro. *História Social*, n. 25, segundo semestre de 2013.

BENJAMIN, Walter. “**Teses sobre o conceito de história**” In: *Magia e Técnica, Arte e Política/ Obras Escolhidas*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. Vol. 1, 10ª reimpressão.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970- 2009). 468 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Nacional de Brasília, 2010.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

CAPIBERIBE, Artionka. **Um interminável Brasil colônia**: os povos indígenas e um outro desenvolvimento. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 53–77, jul. – dez. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, Grada. **Tornando-se sujeito**. In: *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 27-31.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Guerreiro. *O drama de ser dois* Salvador: [s.n.], 1937

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.